




Especialização em Saúde da Família - Modalidade a Distância

A Gestão participativa





O princípio da democracia direta pressupõe que quanto maior a participação da sociedade na construção e fiscalização das políticas públicas, caso do SUS, mais chance teremos de dar visibilidade ao princípio que sustenta o poder do Estado: o de que o poder emana do povo e em seu nome é exercido.


A participação da população na gestão do SUS foi definida com a publicação da Lei 8.142/90, que indicou dois espaços permanentes de manifestação da sociedade nas três esferas de gestão: As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde.



Lei:

Conselho de Saúde: De acordo com a Lei 8.142/90 e diretrizes definidas na Resolução nº 333/2003, “conselho de saúde é órgão colegiado, deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde, em cada esfera de governo, integrante da estrutura básica do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com composição, organização e competência fixadas na Lei.

Na década de 90 do século passado, os Conselhos de Saúde passaram a ser constituídos em todo o país, envolvendo diversos setores da sociedade civil organizada, sendo criados por lei municipal, estadual ou federal. A composição dos conselhos é paritária entre usuários (50%) e prestadores de serviços (representantes de Trabalhadores de Saúde (25%), do Governo e de Prestadores de Serviços de Saúde contratados pelo SUS (25%).



A partir dos debates, ocorridos nos **Conselhos de Saúde**, nas três esferas de Governo e com o objetivo de consolidar, fortalecer, ampliar e acelerar o processo de institucionalização do controle social no SUS, o Plenário do Conselho Nacional de Saúde propôs diretrizes para criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde na Resolução CNS nº 333/2003.

Conferências de Saúde são espaços ampliados de participação e controle social no SUS que, convocados pelo conselho de saúde, reúne a cada quatro anos a representação dos vários segmentos sociais que compõe a sociedade, para avaliar a situação de saúde de um determinado ente federado e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde. Isso significa que a sociedade, de forma organizada, participa na elaboração e acompanhamento das diretrizes das ações de saúde.